

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

## **Euskadi Ta Askatasuna: a Percepção do Terrorismo, Legitimidade e Libertação Nacional\***

**Raphael Tsavkko Garcia\*\***

### **Resumo**

O presente artigo busca analisar a história e o desenvolvimento ideológico do grupo basco ETA (Euskadi Ta Askatasuna) desde seus primórdios, nos anos 50, até os dias atuais, tendo como foco principal as mudanças ideológicas ocorridas ao longo dos anos 60-70 que desembocaram na adoção do ideal de Libertação Nacional e a adoção do Marxismo Revolucionário. A análise ainda percorrerá os diversos conceitos usados para definir o Terrorismo e buscará defini-lo como algo puramente político, empregado de acordo com a vontade de grupos ou Estados interessados e que muda ao longo do tempo e de acordo com seus interesses.

**Palavras-chave:** ETA, Nacionalismo, Terrorismo, Libertação Nacional.

### **Abstract**

This paper aims to analyze the history and ideological development of the Basque group ETA (Euskadi Ta Askatasuna) since its foundation, in the 50s, until the present day, focusing mainly on the ideological changes that have occurred over the 60-70s that led to the adoption of the ideal of National Liberation and the adoption of the Revolutionary Marxism. The analysis will also cover the various concepts used to define Terrorism and seek to define it as purely political, employed according to the will of groups or concerned States and that changes over time and according to their interests.

**Key words:** ETA, Nationalism, Terrorism, National Liberation.

\* Trabalho apresentado no VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE.

\*\* Graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP e Mestrando em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Bolsista FAPESP de Mestrado.

Recebido para publicação em 03/03/2011. Aprovado para publicação em 10/10/2011.

## Introdução: Dados Gerais

**A** ETA (Euskadi Ta Askatasuna — Pátria Basca e Liberdade) nasce do trabalho de militantes nacionalistas insatisfeitos com os rumos que o PNV — direita cristã — tomava, ou mesmo com os rumos da Ação Nacionalista Basca (ANV), partido de esquerda nacionalista fundado nos anos 30, que consideravam por demais tímidos e insuficientes na luta pela libertação do País Basco<sup>1</sup>. Estes militantes nacionalistas se reuniam e eram apoiados largamente por facções anti-franquistas da igreja católica, em especial pela ordem dos Jesuítas.

A igreja se tornou o mais forte bastião de resistência ao Franquismo no País Basco e eram em centros comunitários católicos que se ensinava o Euskera aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de aprender antes e onde nascia o movimento de resistência à Ditadura.

A ETA nasce com o ideal de independência, tendo na luta contra Franco uma primeira etapa para a consecução de seus objetivos. Desde o princípio a ideologia que permeia a ETA é a de recuperar e valorizar a cultura e língua bascas<sup>2</sup>, ao contrário do senso comum que via na ETA apenas um grupo anti-franquista.

Este caráter eminentemente nacionalista se verifica pelo fato de que 90% dos ataques do grupo se deram após a morte de Franco, em especial durante os anos de discussão do Estatuto de Autonomia Basca (1979), da formação do primeiro Governo Basco (1980) e da Constituição Espanhola (1978).

Por um lado, o nascimento da ETA em um período de forte repressão, as transformações ideológicas constantes e os rachas e divisões do grupo contribuíram para o número limitado de ataques e assassinatos políticos durante os anos de franquismo, e por outro, a chegada da democracia — ao menos nos moldes ditados pela Espanha — se apresentava como o momento mais propício para a consecução dos objetivos Ettarras e, também, marca o auge organizativo da organização.

O Marxismo passa a ser parte do ideário da ETA em um processo de discussão interna durante as primeiras três assembléias do grupo, tornando-se efetiva a partir da IV Assembléia (1964),

---

<sup>1</sup> Villalón, 2000.

<sup>2</sup> Llera, 1992.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

no auge das lutas de libertação africanas e asiáticas, quando a ETA se afasta do PNV e começa a se aproximar dos movimentos operários de massa.<sup>3</sup> Nesta época o próprio PNV — cuja direção se encontrava no exílio e logo depois seu líder máximo, Aguirre, falece em Paris — via enfraquecer sua presença e a penetração no País Basco sob ocupação espanhola. As novas gerações, nascidas já sob a ditadura ou muito novos quando da Guerra Civil, já não tinham mais no PNV um modelo e desconheciam as novas lideranças.

Coube à ETA reescrever os ideais Aranistas (originalmente racista, integristas e xenófobos, cujo ideal de nação rural e bucólica contrastava com o forte crescimento industrial basco) e torná-los não só mais palatáveis ao proletariado urbano, como também mais atuais e conectados à realidade pela qual passava a Europa e o mundo nos anos 50 e 60.

### ETA e Nacionalismo Basco

Sabino de Arana y Goiri, nascido de uma família de classe-média Carlista na Bilbao de 1865, enveredou pelos estudos pseudo-históricos de um passado mítico basco, cunhou novos termos na língua basca para definir a nação (Euskadi ou Euzkadi na grafia de seu tempo, ou “terra dos bascos”, que por si só possui um forte conteúdo racista) e fundou o Partido Nacionalista Basco, sob o lema *Jaungoikua eta lege zarrak* (“Deus e Leis Antigas”, fazendo referência aos Foros, antigo sistema de autogoverno Basco que durou por séculos), agregando diversos grupos dos setores conservadores e nacionalistas da sociedade basca..

Arana se opunha de forma ferrenha ao liberalismo e ao laicismo e suas ideias se baseavam no forte preconceito racial contra não-bascos (apelidados de *Maketos*), o que de certa forma não destoava dos conceitos de superioridade racial adotado pelos Castelhanos na época ou mesmo pelos alemães de algumas décadas depois, e na noção de ruralismo, de uma sociedade rural, antiga, conservadora, voltada para a vida no campo e para Deus, tendo na igreja o ponto focal da sociedade<sup>4</sup>.

Mas, sem sombra de dúvida, a ideia de independência original foi a que mais se desenvolveu e perpetuou no imaginário basco<sup>5</sup>. Os Bascos jamais haviam sido conquistados ao longo de toda sua história. Os Romanos não os haviam submetido, mas conviviam lado a lado de forma

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Granja Sainz, 2002.

<sup>5</sup> Idem.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

respeitosa, todos os grandes reinos posteriores haviam usado os bascos como guerreiros e mercenários, sem, porém, terem efetivamente os controlado. Os bascos chegaram ainda a constituir um reino, o de Navarra, que foi por séculos um dos mais poderosos da península hispânica.

Através de conquistas e casamentos, o Reino de Navarra passou às mãos dos reis de Castilha, sem que os bascos perdessem seu autogoverno, através dos chamados Foros (Fueros ou Fuerak), um sistema legal pelo qual os bascos entregavam à nascente Espanha a responsabilidade de tomar conta de sua política externa e defesa, mas garantindo aos bascos ampla liberdade interna, basicamente sem qualquer intervenção por parte do reino espanhol.

Este concerto durou até o início das Guerras Carlistas, guerras pela sucessão do trono espanhol, que colocou o País Basco no centro de uma série de guerras sangrentas a partir de 1839, já que defendiam o pretendente Carlista ao trono espanhol que, em teoria, lhes havia garantido a manutenção dos Foros e de sua quase independência.

Com as sucessivas derrotas, o governo central, como punição, passou a diminuir cada vez mais o alcance dos Foros, até sua eliminação total que, pela primeira vez, significou o controle do País Basco por uma potência estrangeira em pelo menos 2.500 anos de sua história.<sup>6</sup>

Este último mito acabou por ser também relevante para a ETA, como uma forma de justificar a luta de libertação nacional de uma nação submetida, colonizada pela Espanha. Curiosamente há menos tempo sob domínio espanhol do que as colônias africanas, por exemplo, dominadas por mais de 300 anos em alguns casos.

O real significado dos Foros é deixado de lado por muitos autores, que preferem colocar o País Basco como parte integrante do Estado Espanhol — ou do Reino de Castela — desde pelo menos a dissolução final do Reino de Navarra quando, na verdade, a realidade é bem diferente. Durante séculos os reis espanhóis foram até Guernica se ajoelhar perante a Árvore de Guernica (Gernikako Arbola) e jurar respeitar os Foros e a liberdade dos bascos.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Kurlansky, 1999.

<sup>7</sup> Idem.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Internamente os bascos gozavam de total autonomia, se autogovernavam, ainda que abrissem mão da defesa e das relações exteriores. Esta situação, até hoje, confunde pesquisadores e leigos quanto à virtual independência que gozavam os bascos sob o regime dos Foros.

Apenas após a Revolução Francesa, quando a idéia de um Estado centralizado baseado em educação, comunicações e exército toma forma, e na importância da imposição de uma única língua, nacional, se apresenta como realidade objetiva, é que a Espanha começa timidamente a tentar minar os Foros e efetivamente dominar o País Basco, pondo fim a qualquer possibilidade de soberania.

Até o fim das guerras Carlistas, já em meados do século XIX, o País Basco é virtualmente independente, mas acaba sendo finalmente conquistado e tem os foros abolidos em 21 de julho de 1876. Em 1878 o País Basco passa a pagar impostos à coroa, algo que nunca havia feito antes.

A situação permanece assim até que o País Basco consegue novamente sua independência por alguns meses em 1936 e 1937, durante a Guerra Civil Espanhola — tendo sido inclusive reconhecido pelo Vaticano<sup>8</sup>, para se ver depois dominado por Franco. A partir de então, a repressão apenas cresceu.

### **ETA e o Ideal Nacionalista/Aranista**

A ETA passou por cima dos ideais racistas, rurais e religiosos de Arana<sup>9</sup> e se apegou aos conceitos de independência mítica e da necessidade de se preservar a cultura basca e de se lutar por isto.<sup>10</sup>

Inicialmente, consideravam que um Basco deveria apenas conhecer o Euskera e, hoje, vemos que alguns membros do grupo sequer haviam nascido no País Basco.<sup>11</sup> Um dos fundadores da ETA, Txillardegi, era de família madrilenha, por exemplo.

Os fundadores da ETA eram, em sua maioria, membros da juventude do PNV. Logo se desapontaram pelo caráter burguês do partido e tiveram a clara impressão de que seus

---

<sup>8</sup> Lessa e Suppo, 2003.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Llera, 1992.

<sup>11</sup> Kurlansky, 1999.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

membros apenas esperavam o regime franquista terminar, sem tomar ações efetivas contra o regime.<sup>12</sup>

As primeiras ações armadas da ETA aparecem exatamente no momento de adoção dos ideais marxistas que, por princípio, consideram legítimo o uso da força na luta contra a opressão e contra a subjugação da classe trabalhadora.<sup>13</sup>

Enquanto o PNV era próximo das burguesias industriais e dos latifundiários, a ETA buscou nos trabalhadores sua base e, desta forma, viu o processo de adoção dos ideais marxistas como um imperativo, quase como algo natural.

“La revolución es en la historia como el médico que asiste al nacimiento de una nueva vida. No usa sin necesidad los aparatos de fuerza, pero los usa sin vacilación cada vez que sea necesario para ayudar al parto. Parto que trae a las masas esclavizadas y explotadas la esperanza de una vida mejor” “Segunda Declaración”.<sup>14</sup>

Em 1967, segundo Kurlansky (1999), em sua 5ª Assembleia, a ETA declara pela primeira vez seu caráter Socialista — ainda que tenha se declarado Movimento de Libertação Nacional já em sua primeira assembléia, em 1962 —, defendendo o Nacionalismo Revolucionário em um amálgama de “Marx, Mao, Fidel Castro e Sabino Arana”.<sup>15</sup> Segundo Llera(1992), porém, já desde a IV Assembleia, em 1964, estes ideais começavam a permear fortemente os ideais do grupo.

A nova geração, que não havia sequer conhecido os horrores da guerra, passou a comandar a organização, sob a liderança de Txabi Etxebarrieta, responsável pelo primeiro assassinato do grupo, em 1968, e logo depois morto pela Guarda Civil, sendo homenageado por todo o país basco.

Durante o regime franquista, o apoio que tinha a ETA era inquestionável. Os Etxarras eram os herdeiros dos famosos Gudaris (soldados) que lutaram contra Franco em 1936<sup>16</sup> e eram incontestavelmente tratados como heróis pela população basca durante os primeiros anos de atividade.

<sup>12</sup> Idem, Villalón, 2000.

<sup>13</sup> Marx e Engels, 2000.

<sup>14</sup> Em “De Martí a Castro”. México, Edit. Grijalbo, p. 133, 1970.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Soares, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Não só eram apoiados pela população basca, mas também por uma parte considerável da população espanhola, fato verificável pelos imensos protestos durante o chamado Processo de Burgos (dezembro de 1970), contra o julgamento de 14 supostos militantes da ETA condenados a longos termos de prisão (e seis destes à morte) por terem assassinado o delegado ex-membro da Gestapo e notório torturador, Melintón Manzananas, em 1968.<sup>17</sup>

A morte de Manzananas foi uma vingança pelo assassinato de Txabi e foi comemorada pelas ruas de Bilbao e por todo País Basco, mas acabou por aumentar a repressão tanto ao povo quanto aos membros do grupo.

O julgamento atraiu atenção nacional e mundial, com grandes manifestações em diversas cidades espanholas e do mundo, além de petições por parte dos governos da Suécia, Alemanha Ocidental, França e outros.<sup>18</sup> Kurlansky ainda acrescenta que várias celebridades internacionais, como o catalão Joan Miró, declararam seu apoio à ETA durante aquele período.

Por algum tempo, Txabi se tornou um Che Guevara para a juventude basca, assim como o nome de Txiki (membro da ETA e último homem a ser fuzilado pelo regime Franquista, cuja morte é lembrada até hoje no Gudari Eguna, ou Dia do Soldado) ou de Argala, um dos líderes da Operação Ogro, que matou o então Chefe de Estado espanhol Carrero Blanco, cujo nome se tornou até mesmo nome de praça em sua cidade natal.

Durante os anos do Franquismo, a ETA não era só respeitada, como apoiada por amplas camadas da sociedade e mesmo por intelectuais de todo o mundo, algo bem distante da imagem de terrorista que, hoje, é disseminada pelo governo espanhol.

"Mas aqui se opõem dois sentidos de democracia: para o Estado espanhol, democracia é a situação atual de direito de governo que está sendo ameaçado pelo terrorismo, e para o nacionalismo basco, democracia é o direito do povo basco, reconhecido como tal, a defender sua capacidade de decidir por si próprio seu futuro".<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Watson, 2003.

<sup>18</sup> Kurlansky, 1999.

<sup>19</sup> Villalón, 2000.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

A partir da morte de Franco a ETA passa a cair no conceito do público graças tanto à ignorância em torno de seus objetivos<sup>20</sup> — em particular o caso de Villalón (2000) — quanto pela escalada de atentados a partir do "Mês de Guerrilha Urbana" de 1977<sup>21</sup> ou a ofensiva declarada pelo grupo em 1978.<sup>22</sup>

Lessa e Suppo (2003) reconhecem o caráter legítimo da ETA enquanto instrumento de luta contra Franco sem que, porém, se demorem no fato de que este não era o objetivo do grupo, senão uma etapa. A ETA não nasce apenas como resposta à opressão franquista e contra a apatia do PNV, mas como um instrumento na luta pela independência e como herdeiros daqueles que há pelo menos um século antes já lutavam pelo País Basco.

### **Terrorismo: Definições**

O termo e a idéia nascem durante a Revolução Francesa, época do "Terror", e apenas depois recebeu a conotação que tem hoje, com definições que vão desde a idéia de Brian Jenkins<sup>23</sup> passando pelo FBI<sup>24</sup> até a definição de Walter Laqueur.<sup>25</sup>

É interessante notar que, apesar de parecidas, as definições são extremamente diferentes e em alguns pontos chegam a ser contraditórias.

Vale acrescentar a definição do Departamento de Estado dos EUA:

"Violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência".

Jenkins<sup>26</sup> considera QUALQUER uso de força ou ameaça do uso deste instrumento como "terrorismo". Apenas por esta definição podemos considerar até a guerra como terrorismo, assim como a guerrilha ou qualquer tipo de ação armada.

Já o FBI fala em lei, obviamente a lei aplicada pelo Estado, qualquer movimento subnacional,

<sup>20</sup> Llera, 1992.

<sup>21</sup> Sterling, 1981.

<sup>22</sup> Soares, 2003.

<sup>23</sup> "O uso ou ameaça de emprego da força de modo a provocar mudança política".

<sup>24</sup> "O uso ilegal da força ou violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, uma população civil, ou qualquer segmento dela, em apoio a objetivos políticos ou sociais".

<sup>25</sup> "A contribuição para o ilegítimo uso da força de modo a conseguir um objetivo político, quando pessoas inocentes são os alvos".

<sup>26</sup> Idem.



Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

logo, ilegal, se enquadra como Terrorismo. Seria engraçado, senão lamentável, notar que os EUA são o país que mais usam ilegalmente sua força em ataques ilegais (basta recordar a invasão do Iraque, ilegal segundo a ONU), e que mais apóiam governos genocidas, grupos e bandos armados, subnacionais que aterrorizam e matam populações.

A idéia de "legalidade" do FBI concorda com a adotada pelo Departamento de Estado que vai além e explicita a idéia de legitimidade da força menos quando se tratando de grupos subnacionais e "agentes clandestinos".

Em ambos os casos, os EUA deixam as portas abertas para o uso da violência Estatal, o Terrorismo Estatal não é citado de qualquer maneira e, nos parece, é legitimado, em especial pelo Departamento de Estado que cita explicitamente duas categorias, excluindo o Estado de responsabilidade ou imputabilidade.

A outra definição usada, a de Laqueur<sup>27</sup> passa da questão legal para a "legitimidade", conceito muito mais abrangente e de melhor aplicabilidade. Cabe analisar a legitimidade do uso desta força pelos Estados ou por grupos. Qual o objetivo, quais as intenções?

Uma definição mais geral nos é apresentada por Lessa e Suppo (2003), que diz ser o Terrorismo um:

"sistema de terror, governo formado sob intimidação, política de terror. O terrorismo pode ser revolucionário e/ou de Estado. É um modo de coagir, ameaçar ou influenciar outrem ou de impor-lhe a vontade a vontade pelo uso sistemático da força, da violência, do *terror* (grifo dos autores). É também forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência. Em síntese, a palavra *terrorismo* remete, sempre, a um único significado: o terror provocado sobre o outro, sobre a sociedade, sobre o Estado ou sobre instituições. Sem possuir uma definição unívoca entre os especialistas, historicamente, porém, todos concordam que o terrorismo remete à realidades diferentes e à um grau maior ou menor de a/reprovação da sociedade a esse método de ação política".

---

<sup>27</sup> Ibidem.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Cabe ainda notar que a conotação dada ao terrorismo varia de acordo com o período histórico analisado. Durante o período da Revolução Francesa, o terror era visto como algo positivo e era até mesmo louvado por figuras emblemáticas como Robespierre, seu objetivo era o de criar uma sociedade nova e melhor.<sup>28</sup>

Ao longo do século XIX e início do XX, grupos anarquistas usaram o terror como arma de mobilização das massas, através do assassinato de lideranças políticas proeminentes. A própria primeira Guerra Mundial teve como gatilho um atentado terrorista cometido por Gavrilo Princip contra o Arquiduque da Áustria.

Nos anos 30, o terrorismo passa a ser visto como arma de Estados repressores, como a União Soviética Stalinista ou a Alemanha Nazista para, novamente, ser visto como legítimo durante os anos 60 com as guerras de libertação.

A questão central que nos deparamos não é apenas do uso político do termo terrorismo, mas também da conotação adotada. Se tomarmos a legitimidade popular como delimitador, podemos considerar que a ETA passaria a ser um grupo terrorista apenas no fim dos anos 70 e começo dos anos 80, com a dita democracia e com os ataques à bomba indiscriminados.

Por outro lado, sua tática, estratégia e objetivos não mudaram com o fim do Franquismo, apenas a percepção da população mudou — ou a influência da máquina de propaganda estatal —, então como compreender a situação?

Ao contrário de Lessa e Suppo<sup>29</sup>, que tem como marco para definir o grupo como terrorista sua III Assembléia (1964)<sup>30</sup>, Llera (1992) apenas definirá o grupo desta forma a partir de 1977, no auge do processo de redemocratização.

Como entender que um grupo que manteve e mantém por mais de 50 anos os mesmos métodos e objetivos tenha passado de um grupo legítimo, heróico, a um grupo terrorista? Ou melhor, será que o termo terrorista é o que melhor se encaixa ao grupo e à situação ou estamos apenas falando de conotações diferentes do terrorismo, da luta armada legítima ou ilegítima?

A questão central não é definir o terrorismo ou os atos praticados pelo grupo como bons ou ruins dentro de uma escala moral ou moralista, mas sim tratar em termos de legitimidade

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Ocorreram duas assembléias em 1964.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

dentro de um período histórico de aproximadamente 50 anos de uma luta incessante e que permaneceu dentro das mesmas bases por todo este tempo ou, ao menos, desde 1966.

Ou mais, a questão central é compreender a luta de um grupo que transcende sua mera existência, mas que teve suas origens pelo menos desde a Primeira Guerra Carlista, no início do séc. XIX, passando por uma ditadura sanguinária até a atual repressão estatal.

Yasser Arafat, em discurso na ONU em 1974 afirmou que:

"A diferença entre o revolucionário e o terrorista reside nos motivos pelo qual cada um se bate. Pois é impossível chamar de terrorista aquele que defende uma causa justa, que se bate pela liberdade, pela libertação de sua terra de seus invasores, dos colonos e dos colonialistas".<sup>31</sup>

Ainda sobre o uso do termo terrorista, Marighella em seu Manual do Guerrilheiro Urbano diz:

"O nome de agressor ou de terrorista não tem mais o sentido que tinha antigamente. Ele não provoca mais o medo ou a blâme; ele suscita vocações. Ser chamado "agressor" ou "terrorista" no Brasil de hoje honra o cidadão, porque isto significa que ele luta, com as armas na mão, contra a monstruosidade ou a objeção que representa a atual ditadura militar."<sup>32</sup>

Em último caso é importante analisar o papel do Terrorismo de Estado como legitimador da resposta armada de uma parcela da sociedade organizada. Acusada de praticar a tortura de forma sistemática em presos políticos e em militantes Abertzales<sup>33</sup>, o Estado Espanhol é vítima de diversas condenações em órgãos de direitos humanos da ONU, além de ter praticado o terrorismo de Estado durante o regime ditatorial de Franco, com o assassinato e desaparecimento de milhares de cidadãos que discordavam das diretrizes do caudilho.

Além disto, o Estado Espanhol e mais precisamente o governo de Felipe Gonzáles, do Socialista PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), financiou e patrocinou por anos diversos grupos terroristas de extrema-direita — com ampla participação e direção de membros das forças de

<sup>31</sup> Arafat in Lessa e Suppo, 2003.

<sup>32</sup> Marighella, online, 2002.

<sup>33</sup> Termo que se traduz como "patriota" e que pode ser usado tanto por direita quanto por esquerda, mas que hoje encontra mais eco entre a esquerda radical.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

segurança estatal — como os GAL, Batalhão Basco-Espanhol, Cristo Rey e outros, com o objetivo de matar lideranças e militantes nacionalistas bascos.

Frente a estes ataques, não é de surpreender a longevidade da ETA que, ao contrário do que dizem muitos especialistas, não nasceu para combater Franco, mas sim para lutar pela independência, tendo em Franco o primeiro inimigo a ser combatido. A luta da ETA, pois, permanece a mesma, apenas com um novo inimigo, que pese que a democracia instaurada continua a torturar e a matar.

Frente ao Terrorismo de Estado são poucos os argumentos que podem ser usados para deslegitimar a resistência armada, especialmente dentro de uma realidade de colonialismo persistente.

### **ETA: Libertação Nacional, Nacionalismo e Marxismo**

Válido notar o paradoxo dos Marxistas, nas palavras de François-Xavier Guerra<sup>34</sup>, considerarem “as questões nacionais como secundárias em relação aos problemas sociais e econômicos”, mas serem estes mesmos Marxistas os responsáveis por travarem as mais encarniçadas lutas de Libertação Nacional e também de formarem os grupos chamados de terroristas de maior longevidade e relevância histórica (ETA, IRA, FPLP, etc).

Se por um lado boa parte dos teóricos Marxistas ou que vieram desta escola negligenciaram o estudo do fenômeno do nacionalismo por décadas, por outro lado diversos grupos de orientação marxistas mostravam, na prática, o amálgama ideológico produzido entre o internacionalismo e o nacionalismo militante.

Para estes marxistas, a luta contra o capitalismo passava, antes, pela emancipação nacional e o internacionalismo se baseava não na superação de fronteiras, mas na solidariedade transfronteiriça, com amplo respeito pelas particularidades de cada movimento em seu *locus* particular.

Coexistem duas teorias principais nas escolas que estudam o nacionalismo, de um lado aqueles, como Hobsbawm (2006), que defendem a teoria da invenção das tradições (e nações) de

---

<sup>34</sup> In: Lessa e Suppo, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

acordo com interesses e de outro os que supõem as nações como "coletivos definidos etnicamente, com existência objetiva, que precedem o nacionalismo".<sup>35</sup>

“Aquí partimos conscientemente del supuesto teórico de que el nacionalismo como ideología política y como movimiento social *precede y construye* la nación, y adoptamos en consecuencia un enfoque modernista o constructivista, más o menos matizado, según el cual una nación es una comunidad imaginada, inherentemente soberana y definida territorialmente, integrada por un colectivo de individuos que se sienten vinculados entre sí en función de factores muy variables y dependientes de la coyuntura concreta (desde la voluntad a la territorialidad o la historia común y al conjunto de características étnico-culturales más o menos objetivables que podemos denominar etnicidad, es decir, que definen una consciencia social y prepolítica de la diferencia) y que, sobre todo, consideran que este colectivo es el sujeto de derechos políticos comunes y, en consecuencia, soberano”.<sup>36</sup>

Com os processos de descolonização na África e Ásia, a idéia de Libertação Nacional tornou-se a agenda preferencial dos grupos de orientação marxista que viam as contradições de um modelo colonialista, de um meio de produção baseado na exploração de colônias para a sustentação das benesses dos capitalistas da metrópole, uma oportunidade para forçar mudanças e “praticar” a solidariedade internacionalista.

Algo que muitos dos estudiosos de orientação marxista deixaram passar em suas análises é o da realidade do nacionalismo, do sentimento nacional enquanto impulsor de movimentos de emancipação nacional (ideal presente até mesmo no ideário liberal estadunidense desde Wilson, mesmo que apenas como fachada).

Por décadas estes autores, Hobsbawm e Benedict Anderson dentre os mais celebrados, se preocuparam em buscar demonstrar a suposta farsa por detrás no ideário nacionalista, apresentando paradoxos<sup>37</sup> e buscando demonstrar as tradições — embrião do nacionalismo —

---

<sup>35</sup> Seixas, 2004.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Anderson, 1989.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

como inventadas<sup>38</sup> tardiamente, logo, falsas, mas poucos buscaram conviver com a realidade posta e compreender seus desdobramentos.

Se por um lado o mesmo Hobsbawm (1990) considera que apenas entre 1880-1914 a etnicidade e a língua tornam-se os elementos centrais do ideal de nação, por outro este despreza o simples fato de que é a partir deste período que os Estados Nacionais se consolidam ou buscam sua final consolidação dentro do que foi pregado pela Revolução Francesa, de um Estado centralizado e, em especial, com um sistema educacional exclusivo na língua da nação dominante.

Se antes os nacionalismos não se manifestavam - como um todo - tendo como pontos centrais a língua e a etnia, isto se deve porque era, então, desnecessário fazê-lo. O grau elevado de descentralização dos Estados, ainda nascentes ou baseados ainda em alianças dinásticas ou com frágil comunicação entre seus extremos, não propiciava o florescimento de nacionalismos periféricos contrários à imposição de uma língua/cultura alienígena, pois isto raramente se verificava.

Antes da Revolução Francesa e da idéia de um Estado centralizado a Europa se dividia em pequenos feudos, onde as alianças se baseavam no ideal da vassalagem e do respeito ao senhor feudal. Pouco importava a língua que se falasse em um determinado local ou mesmo era relevante a idéia de etnia ou mesmo de nação.

Além disto, o crescimento das correntes de migração — tomando o caso basco como exemplo, a forte imigração de espanhóis para as cidades industriais e portos — acabou por desequilibrar o contingente populacional, fazendo nascer um movimento em defesa da cultura basca em oposição à dos imigrantes.<sup>39</sup>

A negação da nacionalidade é a negação da própria realidade objetiva e dos anseios de povos que se sentem oprimidos frente a uma cultura que lhes impõe constrangimento e da identificação própria destes grupos enquanto diferentes.

---

<sup>38</sup> Hobsbawm e Ranger, 1997.

<sup>39</sup> Por mais que o componente rural da ideologia Aranista pudesse estar, já, deslocado, não se pode negar o efeito da chegada de um enorme contingente populacional sem qualquer identificação histórica ou cultural com o povo local. A luta pelos foros permanecia intacta, mas recebia um novo componente étnico-linguístico, que sobreviveu após a idéia de um sistema ao estilo feudal tornou-se impraticável.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

O uso da violência para a consecução de seus objetivos não era algo fora do comum ou mesmo alheio ao ideal marxista do uso justo da violência revolucionária contra a violência da opressão e da opressão da burguesia sobre o proletariado.

“La lucha del Movimiento Vasco de Liberación Nacional, desde sus primeros momentos, su contribución a la desaparición de la última dictadura fascista europea, y la lucha continua a través de sus numerosos frentes por todo el mundo, son conocidos por las organizaciones revolucionarias y movimientos de liberación de los cinco continentes. Las persecuciones por parte de las nuevas burocracias estatales heredadas de Franco y sus aliados europeos, las cárceles, torturas, desapariciones y ejecuciones de patriotas revolucionarios vascos ya eran conocidas por todo el mundo. Los últimos fusilamientos, poco antes de la muerte del viejo dictador en 1975, habían sido los de dos militantes de ETA y tres militantes marxistas leninistas españoles que cayeron juntos en el paredón”.<sup>40</sup>

Em um determinado momento, o ideal de Libertação Nacional extrapola a fronteira das colônias "tradicionais" e passa também a ser adotado por grupos que já lutavam contra a opressão dentro da própria metrópole.

A ETA, por volta de 1959, passou a estudar aprofundadamente grupos armados de libertação, em especial o movimento tunisiano de Habib Bourguida<sup>41</sup> e até mesmo o Irgun de Menachen Begin, considerado por boa parte da opinião pública mundial — e mesmo pela imprensa britânica durante o Mandato Britânico sobre a Palestina — como um perigoso grupo terrorista que praticava atentados contra Palestinos e Ingleses para a consecução de seu objetivo: Um Estado Judeu na Palestina.

O ideal da luta entre colônias e metrópoles foi perfeitamente transplantada para a realidade européia em que nações mantidas sob o jugo de Estados ditos nacionais se rebelavam e denunciavam o caráter da dominação como colonial.

Segundo a tese da Libertação Nacional, o uso da violência não é apenas justo, como também necessário para responder à violência do capitalismo<sup>42</sup> e o movimento não descansará

---

<sup>40</sup> EHK, online, 2010.

<sup>41</sup> Kurlansky, 1999.

<sup>42</sup> Bullain, online, 2007.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

enquanto não conseguir promover uma guerra popular prolongada e a mobilização das forças sociais na defesa da nação e do Socialismo.

É interessante notar que, no caso basco, o primeiro grupo a resistir ao regime de Franco, ou mesmo a lutar pela independência ainda nos tempos da Guerra Civil Espanhola — o Partido Nacionalista Basco, ou PNV — era francamente anticomunista e ideologicamente compartilhava mais pontos em comum com Franco — integrismo católico e ideal conservador - do que com os que resistiam a ele.

## A "Temporalidade" do Terrorismo

“Vista do lado dos povos agredidos, esta agressão e pilhagem do campo imperialista surge em toda a sua bestialidade, como uma ameaça à sua própria sobrevivência. Para eles, as novas guerras coloniais do século XXI são uma nova fase, ampliada, das velhas invasões coloniais. Ampliada por um potencial destrutivo e por uma capacidade de estrangulamento económico cem vezes maior que no passado.

A guerrilha, o chamado "terrorismo", reacção ao terror quotidiano sofrido pelas populações agredidas, é a resposta que está ao alcance das vítimas: fustigar o ocupante, mesmo à custa de terríveis sacrifícios humanos, até acabar por tornar a ocupação insustentável ou demasiado cara e forçá-lo à retirada. É o que se desenha já no Iraque, é o que virá a seguir no Afeganistão”.<sup>43</sup>

É interessante observar, ao longo do tempo, quais grupos, ou mesmo Estados, foram em determinada época considerados terroristas e deixaram de sê-lo, ou mesmo quando grupos passaram a ser assim chamados apenas quando deixaram de ser politicamente interessantes aos que dão as cartas no cenário internacional. Outro caso também digno de nota é o daqueles grupos que encontram ainda ampla legitimidade e não são unanimemente condenados.

O primeiro caso pode ser ilustrado magistralmente pelos grupos de libertação nacional (queira eles efetivamente se encaixem na definição ou não), como a FLN ou os grupos que lutaram pela

<sup>43</sup> Francisco Martins Rodrigues, online, 2010.



Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

criação de Israel (que não se encaixam na definição de libertação nacional, mas são assim considerados por seus aliados). São grupos que foram em determinada época considerados terroristas por parte ou pela totalidade dos atores internacionais presentes nas Nações Unidas e que, ao chegarem ao poder, foram posteriormente retirados da lista e aceitos como membros efetivos do cenário internacional, em pé de igualdade com os demais Estados.

A Fatah é um exemplo também interessante de grupo outrora terrorista, mas que hoje, através da OLP, é considerado um ator relevante em processos de negociação<sup>44</sup> e mesmo sendo reconhecido como liderança na Autoridade Nacional Palestina que se não é ainda um Estado, possui significativa relevância internacional.

No segundo grupo podemos elencar uma variedade de grupos que encontram ainda legitimidade em certos círculos ou que foram algum dia reconhecidos como legítimos atores – em alguns casos agindo como governos de fato, sendo parte em negociações internacionais ou mesmo sendo citados em documentos como atores válidos -, como é o caso da ETA (que passou a figurar nas listas de grupos terroristas do Departamento de Estado dos EUA apenas em 1998<sup>45</sup>, tendo em mente que o grupo estava ativo há mais de 40 anos.

No caso da ETA era marcante seu caráter anti-Franquista e de defesa do povo basco contra um Estado que passou anos sendo considerado um pária internacional, até que fosse conveniente aceitá-lo no hall de aliados na luta contra a URSS e o Comunismo.

Nesta época, nem o IRA figurava na lista e a ETA foi levada ao nível do Khmer Vermelho e de grupos islamitas conhecidos por seu fundamentalismo.<sup>46</sup>

O IRA, aliás, também faz parte deste homogêneo segundo grupo, cujas bases atuaram na independência da Irlanda e foram por décadas financiados por imigrantes e grupos influentes nos EUA. Suas ações encontravam respaldo em amplos setores da opinião pública, em parte da mídia e mesmo entre Estados que, se não o apoiavam, o deixavam de fora de suas listas de grupos terroristas e, assim, não inviabilizavam a captação de recursos para o grupo.

As FARC, sempre polêmicas, são também parte integrante deste grupo, pois de um movimento legítimo, nascido em meio a um período conturbado da história colombiana, tornaram-se

---

<sup>44</sup> Whittaker, 2005.

<sup>45</sup> Kurlansky, 1999.

<sup>46</sup> Idem.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

párias internacionais ligados ao narcotráfico e perderam boa parte do apoio e mesmo da legitimidade que chegaram a gozar há algumas décadas.

O terceiro caso é o de grupos como os palestinos e libaneses que lutam ainda pela Libertação Nacional e que encontram certa legitimidade entre Estados (notadamente islâmicos) e entre a opinião pública internacional que vê sua luta com simpatia indisfarçável. Hezbollah e Hamas são os exemplos que logo surgem à mente.

O caso dos Tigres Tâmil do Sri Lanka, hoje desmantelados, também é válido, pois este grupo encontrava uma forte base de apoio entre a população Tâmil indiana que pouco se esforçava para cortar as linhas de abastecimento do grupo.

Existe obviamente uma outra categoria que pode ser citada que é a formada por grupos de orientações político-ideológicas distintas mas que compartilham entre si ideais supremacistas, racistas, xenofóbicos e mesmo fundamentalistas, que mesmo que possuam algum apoio - ou mesmo vago apoio, como grupos cujo objetivo é a imposição de ideais islâmicos e/ou a formação de Califados - não encontram qualquer legitimidade do ponto de vista da carta das Nações Unidas ou mesmo na Lei Internacional e andam em franco desacordo com qualquer noção aceitável de Direitos Humanos.

Grupos ideologicamente próximos ao Marxismo ou mesmo nacionalistas de esquerda possuem como motor para sua luta a noção de superação de uma situação de opressão, seja de classe ou nacional (ou ambas), outros grupos, como, por exemplo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tem o objetivo de dar a conhecer a situação de opressão e repressão de minorias indígenas, e mesmo as FARC de algumas décadas era a lembrança constante de que a população colombiana não aceitava ser subjugada pelas elites locais.

Já grupos como (o extinto) Kahane Chai, Al Qaeda, Exército de Resistência do Senhor e outros, usam e abusam do fanatismo religioso e da intolerância, com o objetivo de impor um modo de vida ou de pensamento à parte ou à totalidade da população mundial, matando indiscriminadamente sem qualquer tipo de ideologia política que possa lhes dar qualquer legitimidade.

Grupos que, ontem eram terroristas hoje são atores internacionais em pé de igualdade com quaisquer outros (FLN e Argélia, Fatah e OLP) e, da mesma forma, grupos que antes eram

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

considerados legítimos (Talibã), ou mesmo Estados (Iraque) podem perder esta legitimidade e serem considerados terroristas caso haja interesse das potências ou de grupos poderosos.

## **ETA, MLNV e Resolução 1514**

Não se pode esquecer da resolução 1514 de 14 dezembro de 1960, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas que declarava como legítima a luta pela libertação nacional, reconhecendo o direito de povos oprimidos à autodeterminação como um direito inalienável.

1. The subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and co-operation.
2. All peoples have the right to self-determination; by virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development.
3. Inadequacy of political, economic, social or educational preparedness should never serve as a pretext for delaying independence.
4. All armed action or repressive measures of all kinds directed against dependent peoples shall cease in order to enable them to exercise peacefully and freely their right to complete independence, and the integrity of their national territory shall be respected.
5. Immediate steps shall be taken, in Trust and Non-Self-Governing Territories or all other territories which have not yet attained independence, to transfer all powers to the peoples of those territories, without any conditions or reservations, in accordance with their freely expressed will and desire, without any distinction as to race, creed or colour, in order to enable them to enjoy complete independence and freedom.
6. Any attempt aimed at the partial or total disruption of the national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

7. All States shall observe faithfully and strictly the provisions of the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights and the present Declaration on the basis of equality, non- interference in the internal affairs of all States, and respect for the sovereign rights of all peoples and their territorial integrity.

Esta resolução, aprovada em meio às guerras de libertação dos países da África e da Ásia serve também como base para a luta de libertação do povo Basco e de outros povos.

Espanha e França claramente se colocam em desacordo com os pontos elencados na dita resolução, ao dividirem uma nação (País Basco Espanhol ou Hegoalde e Navarra ou Nafarroa e País Basco Francês ou Iparralde), ao usarem métodos de repressão contra os anseios nacionais da população basca, como a tortura, prisões arbitrárias e políticas, incomunicação, etc. Além de, obviamente, barrarem o legítimo direito à autodeterminação dos povos.

A ETA, já nos anos 60, tendo como inspiração o maio de 68 e as organizações que nasciam deste caldeirão ideológico<sup>47</sup>, adotava o Marxismo-Leninismo e em 1974, junto com outras forças nacionalistas de esquerda, se agrupava no chamado MLNV, ou Movimento de Libertação Nacional Basca (Bullain, online, 2007).

Movimento (MLNV) cuja ETA era o braço armado e tinha no Herri Batasuna (posteriormente Euskal Herritarrok e hoje Batasuna) seu braço político, além de outras organizações e estruturas satélites atuando em diversas áreas da sociedade, como a Koordinadora Abertzale Sozialista (KAS), o Ekin, a Askapena e etc.

A base ideológica desta organização pode ser encontrada em Mao Tsé-Tung que, em seu Livro Vermelho, descreve a forma organizativa e a necessidade de Movimentos de Libertação Nacional de serem construções coletivas político-militares dentro de uma doutrina de Nacionalismo Revolucionário, ou seja, uma luta de caráter nacional e de classes. Che Guevara, Ho Chi Min e depois até mesmo Marighella surgem como matrizes ideológicas da guerrilha basca.

A violência não seria, então, apenas o resultado de um enfrentamento puramente nacional, em bases nacionalistas, mas o resultado inevitável da luta de classes. No País Basco, a luta de

---

<sup>47</sup> Mata, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

classes toma a forma de uma luta de libertação nacional, um movimento com forma nacional e conteúdo revolucionário.<sup>48</sup>

"en el frente de resistencia contra la política neoliberal y proimperialista (en este caso no sólo yanqui, sino también española y francesa) y en aras de la independencia y el socialismo militan los distintos grupos que componen el Movimiento de Liberación Nacional Vasco (MLNV) y cuya práctica va desde la lucha armada hasta la lucha de masas, la kale borroka y la sindicalización de los trabajadores y estudiantes, la organización de mujeres, ecologistas y grupos ligados a la defensa de la lengua, entre muchos otros".<sup>49</sup>

Embasada na legitimidade da luta de classes, da situação de colônia e/ou de nação militarmente ocupada por uma potência estrangeira, a ETA decidiu em sua V Assembléia (1966-67) abraçar o ideal de Libertação Nacional e na legitimidade dada não apenas pela situação em si ou pelo maciço apoio popular que gozará nos anos vindouros<sup>50</sup>, mas também na carta das Nações Unidas e na Resolução 1514, que prega a descolonização e o direito de autodeterminação como direitos fundamentais.

"Las guerras revolucionarias pueden ser de dos tipos: sociológicas o nacionalistas. Cuando se emplea la denominación guerra revolucionaria se tiende casi siempre a pensar en una revolución sociológica interna, tal como la revolución rusa, china, etc., olvidándose que tan revolucionarias como éstas pueden ser las guerras nacionalistas de independencia nacional. En muchos casos en la guerra revolucionaria hasta se suelen combinar ambas tendencias y son nacionalistas y sociales al mismo tiempo. También pueden a veces los dirigentes de una ideología apoyarse sobre la otra para alcanzar sus fines. Ho-Chi-Minh se valió del sentimiento nacionalista para el triunfo de la idea comunista, lo que es una ideología social pero no nacional. La verdad es que ante el mayor respeto que el comunismo siente por los derechos de las nacionalidades comparado con la intolerancia colonialista y capitalista, una tal asociación le resultaba fácil. Por otra parte en Africa, tanto en

<sup>48</sup> Lizarralde, online, 2003.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Lessa e Suppo, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Argelia como en el Africa negra, el sentimiento de revancha social ha conducido al triunfo nacional"<sup>51</sup>

## **ETA e o Processo de Discussão Interno**

Todo este processo de abandono de um conservadorismo e Todo este processo de abandono de um conservadorismo e clericalismo originários da juventude do PNV (onde se gestou a ETA), não veio sem percalços.<sup>52</sup>

Já em 1964, na IV Assembléia do grupo, três correntes internas se formaram:

- Corrente “Culturalista” ou “Etnolinguista”, liderada por Txillardegui e defensores de uma ETA mais ligada aos movimentos culturais bascos;
- Corrente “Obrerista”, defensora de uma aproximação maior com os movimentos operários e até mesmo uma aliança com movimentos comunistas espanhóis na luta contra Franco;
- Corrente “Terceiromundista”, defensora do estabelecimento de vínculos com as lutas de libertação nacional que aconteciam no terceiro mundo;

Esta divisão que surge já em 1964 termina por estourar em 1966-1967, na V Assembléia da ETA o ramo “obreirista” se divide em outros três grupos: ETA Berri (Nova ETA, que posteriormente sai da clandestinidade com a formação do partido político EMK), ETA Zaharra (Velha ETA) e o grupo Branka. Os dois últimos, representando respectivamente os “Terceiromundistas” e os “Culturalistas” permanecem na ETA.

Em 1970 se celebra a VI Assembleia e, novamente, a ETA se divide, desta vez em ETA-V *Askatasuna ala hil* (Liberdade ou morte) e ETA-VI *Iraultza ala hil* (Revolução ou morte), novamente opondo os setores mais próximos da ideia de guerrilha e luta armada e os “obreiristas”, mais próximos de uma aliança com os setores revolucionários bascos e espanhóis.

Os membros da ETA-V, partidários do ideário da V Assembleia e que recusavam diminuir ou acabar com a luta armada, como proposto pelos membros da ETA-VI, tomaram o poder da

<sup>51</sup> Bruni, 2006.

<sup>52</sup> Os dados do capítulo vêm de pesquisa em diversas fontes bibliográficas, mas em especial de Llera, 1992 e Ares, 2000.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

organização após a entrada de novos membros vindos, mais uma vez, das juventudes do PNV, enquanto que a ETA-VI se dividiu em dois ramos que se integraram na Liga Comunista Revolucionária (setor majoritário) e na Organização Revolucionária dos Trabalhadores (seção do PCE). Outros acabaram por retornar à ETA.

Em 1973-74 uma nova assembleia é organizada, novamente com o nome de VI Assembleia (os que mantiveram o nome de ETA não reconheciam a assembleia anterior) e nesta se produz o racha mais importante da organização, em que se forma a ETA(pm) e a ETA(m), respectivamente ETA Político-Militar e ETA Militar.

Dois atentados coordenados pelo campo mais duro e radical da ETA, o assassinato do Almirante Carrero Blanco (1973) e o Atentado ao Café Rolando na Rua do Correio (1974), acabam por dividir novamente a ETA, cujo grupo “obreirista” se separa depois do primeiro atentado para formar o partido LAIA e os remanescentes se dividem entre os defensores de ações puramente militares ou ações militares coordenadas com trabalho político (remanescentes “obreiristas” e a maioria da organização).

As Assembléias da ETA durante o Franquismo:

- 1959-1963 - Duas primeiras Assembléias da ETA
- 1964 - III e IV Assembléias em que a ETA se divide entre Obreiristas, Terceiromundistas e Multiculturalistas;
- 1966-67 - V Assembléia em que a ETA se divide entre Berri (que sairá para formar o EMK), Zaharra e Branka (que formará o partido ESB em 76);
- 1970 - Primeira VI Assembléia em que a ETA se divide em ETA V e ETA VI, os primeiros defendendo a luta armada e o segundo grupo defendendo a via política. Os que faziam parte da ETA VI se integram na ETA V ou saem para agrupar partidos marxistas (LCR e ORT/PCE);
- 1973-74 - Segunda VI Assembléia em que a ETA V, agora apenas ETA se divide entre ETA(m) e ETA (pm) com um outro grupo sendo expulso e formando o partido LAIA;
- 1976 - VII Assembléia, ETA(pm) funda o partido EIA, posteriormente EE, primeira assembléia pós-Franco

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Enquanto a ETA(m) buscará atentar cada vez mais contra alvos militares e mesmo civis, a ETA(pm) passará a se concentrar na ação política, ainda que não abandone totalmente a luta armada. Exemplo da atividade armada de ambos os grupos até pelo menos o fim do regime Franquista está no fato de que os dois últimos etarras mortos pelo regime foram Txiki e Otaegi, o primeiro do ramo político-militar e o segundo do ramo militar da ETA.

É importante recordar que a diferença entre o ramo ou ramos “obreiristas” que surgiam ao longo do tempo no seio da organização e o ramo “terceiromundista” não estava necessariamente no posicionamento ideológico Marxista-Leinistas (e mesmo Maoísta), mas na concepção organizativa da luta. Enquanto o primeiro grupo defendia uma única estrutura de comando tanto para a luta armada quanto para a luta puramente política, o segundo defendia uma separação completa das estruturas.

Em certo momento a divisão entre os dois ramos da ETA se confunde, pois tanto os militares quanto os político-militares acabam por formar braços políticos mais ou menos infiltrados pelos membros clandestinos e também era comum a migração de membros de uma para a outra ala da ETA: EHAS e posteriormente HASI como braços dos militares e que posteriormente formariam o Herri Batasuna e o EIA, depois Euskadiko Ezkerra (EE, coalizão do EIA com o EMK, ex-ETA Berri e outros) como braço dos polimilis, depois integrados no braço basco do PSOE (PSE-EE).

- ETA(pm) - EIA (76) e EE (77 como coalizão com frações do HASI, EMK e ANV e 81 como partido). EE enfim se funde com o braço basco do PSOE.
- ETA(m) - HASI (77, numa união com o partido EHAS) e HB (78, com HASI, ANV, LAIA e ESB, além de demais organizações que fazem parte da KAS)

A Koordinadora Abertzale Sozialista (Coordenadora Patriota Socialista, KAS) é prova desta confusão ao agregar lideranças de diversos partidos ligados diretamente ou não à ETA e também lideranças da ETA(m) e ETA(pm) — principal impulsionadora —, movimentos estudantis e sindicatos, em um único guarda-chuva, uma vanguarda para coordenar o Movimento Nacional de Libertação Basca.



Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Formado em 1974 para organizar a luta contra o fuzilamento de Txiki e Otaegi, a KAS passa por diversas transformações para finalmente se tornar a coordenação ou coordenadora de todas as ações das organizações que a ela haviam aderido na luta pela independência.

Apesar de ter sido a principal força impulsionadora, a ETA(pm) se retira juntamente com seu braço político da coordenadora em 1977, passando a participar da coalizão EE, enquanto a KAS passa a coordenar os trabalhos do Herri Batasuna e propõe a chamada Alternativa KAS, um conjunto de 8 propostas para a independência do País Basco a serem defendidas pelas organizações participantes e divulgadas pela primeira vez em 1975.<sup>53</sup>

A ETA(pm) resiste até 1983, em meio à períodos de endurecimento da luta armada ou de maior interesse pela via política, quando finalmente se dissolve e os remanescentes se integram à ETA(m), agora novamente apenas ETA.

## **Estados Legítimos e Ilegítimos**

Segundo Guibernau (1997), existem dois tipos de Estado: Os "Legítimos" e os "Ilegítimos". O primeiro caso é o de Estados onde inexiste o conflito étnico ou nacional dentro de suas fronteiras, é o Estado-Nação perfeito, em que os diversos membros que compõem o Estado se reconhecem como parte de uma mesma nação.

O segundo caso é onde há conflito, e é o caso de boa parte dos países europeus, fundados sob a égide de um Estado para uma nação quando, na verdade, houve uma tentativa de assimilação das culturas minoritárias através da assimilação violenta ou não destas minorias.

"A rotulação das minorias como terroristas pode intensificar o conflito comunitário [...]. O rótulo de terrorista dado a movimentos revolucionários arrisca também minimizar sua importância".<sup>54</sup>

A Espanha é um bom exemplo de assimilação violenta, em que as nações históricas da Catalunya, Galiza e País Basco foram constantemente vítimas de violência, invasões, censura e humilhações por parte do governo central de Madrid.

---

<sup>53</sup> Anistia para todos os prisioneiros bascos, legalização dos partidos separatistas, substituição das organizações policiais espanholas por uma polícia basca, reconhecimento do direito de autodeterminação do País Basco, unificação da região administrativa basca com Navarra, declaração da língua basca como oficial e prioritária, controle político do exército espanhol em solo basco pelo Governo Basco e Melhora nas condições de trabalho dos trabalhadores.

<sup>54</sup> Whittaker, 2005.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Estados como a Espanha e França tentaram impor seus mitos fundacionais a todas as demais minorias não-francesas ou não-espanholas, e em ambos os casos os fracassos e sucessos podem ser contabilizados.

A França foi a mais bem sucedida, conseguindo sufocar boa parte das minorias (ainda que venha enfrentando o ressurgimento ou surgimento de nacionalismos periféricos na Bretanha, Córsega, Catalunha Norte e País Basco Norte ou Iparralde e, em algumas dessas regiões, com a presença de grupos considerados terroristas), mas a Espanha falhou miseravelmente na tentativa de apagar a história de suas minorias e há séculos enfrenta resistências.

Ao contrário da França, onde boa parte dos seus territórios foram conquistados com base na força, a Espanha se constituiu com base em casamentos dinásticos (salvo a Catalunha, conquistada a ferro e fogo no séc. XVII) e, ao contrário de seu vizinho do norte, não conseguiu implantar um sistema educacional e de transportes tão eficaz e à tempo de neutralizar as movimentações de suas minorias.

Benedict Anderson (2005) afirma serem três as bases do Estado Moderno, nascido da Revolução Francesa: A Educação, as Comunicações e o Exército. E, em todos os casos, a Espanha falhou em impor sua centralidade.

A educação é, sem dúvida, a herança mais importante ou a maior criadora da ideia de uma nação centralizada. A França pós-Revolução Francesa e ainda no século XIX foi rápida em impor e implantar a educação exclusiva em Francês por todo o seu território, relegando as línguas locais à um segundo plano, puramente familiar.

Com a ampliação das comunicações, com a estrada de ferro especialmente, o intercâmbio entre regiões tornou-se ainda mais comum, elevando a importância do Francês como língua franca e tornando ainda mais obsoleta a necessidade de se falar a língua local, relegada agora ao nível de mero dialeto.<sup>55</sup>

Antigamente, os exércitos ainda agregavam grandes contingentes populacionais, mas a divisão entre pequenos Estados e as questões relativas à vassalagem evitavam que se formasse uma unidade verdadeiramente nacional, mas a partir do momento em que há uma integração

---

<sup>55</sup> Watson, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

efetiva e uma facilidade maior dos transportes, aliada à uma escola e um sistema educacional exclusivo, sufoca-se o componente local em prol de um estatal.

A França conseguiu grandes sucessos nesta área. A Espanha, envolta em conflitos sectários, em crises dinásticas e extremamente pobre, não foi capaz de implementar tais mudanças e quando tentou fazê-lo, Bascos e Catalães (Galegos em menor grau) já estavam organizados e prontos para resistir.

Esta resistência se deu, então, contra um Estado ilegítimo, incapaz de impor um único mito fundacional, mas heterogêneo, plurinacional, enfim, um Estado com nações "artificialmente incluídas" e, como tal, frente a duas opções: A resistência cultural ou a Luta Armada.

A inexistência de um sistema educacional homogeneizador mantinha dormente qualquer tipo de nacionalismo como resistência às imposições centralizadores de um Estado supostamente nacional, que não tinha razão alguma de ser.

Se por um lado a imprensa, ainda no século XVI se mostra como o primeiro embrião da idéia de nação, de comunidade<sup>56</sup>, por outro lado seu alcance era deveras limitado e pouco penetrava nos grotões da Europa ou tinha força suficiente para realizar grandes mudanças no cotidiano de populações majoritariamente analfabetas.

### **"Terrorismo" no Estado espanhol**

Diversos autores<sup>57</sup> se enganam ao acreditar que tanto a Galiza quanto a Catalunya são exemplos perfeitos de nações que buscaram o caminho da resistência cultural, negando em absoluto a luta armada.

Durante os anos 70 e começo dos 90 foi ativo na Catalunya o Terra Lliure (TLL, Terra Livre), o Exèrcit Popular Català (EPOCA, Exército Popular Catalão), o Front d'Alliberament de Catalunya (FAC, Frente de Libertação da Catalunya), o Arxiu, e na Galiza o Exercito Guerrilheiro do Pobo Galego Ceibe (EGPGC, Exército Guerrilheiro do Povo Galego Livre) que, apesar de pequenos e de terem realizado ações apenas esporádicas ou de pouco alcance, demonstram que existia espaço para ações armadas de resistência em outras regiões do Estado Espanhol.

---

<sup>56</sup> Anderson, 2005.

<sup>57</sup> Como Lessa e Suppo, 2003.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

A FAC foi o primeiro grupo, na Catalunya, a adotar o ideário da Libertação Nacional, em 1969 e um de seus membros se tornou militante da ETA, assim como vários membros do Terra Lliure cooperaram por vários anos com comandos etarras.

O Movimiento Ibérico de Liberación, cuja figura mais emblemática era o catalão Salvador Puig Antich, é outro bom exemplo de grupo de libertação na luta contra o Franquismo, cujos membros ao contrário de serem chamados de terroristas, são considerados heróis na Catalunya e mesmo na Espanha.

Recentemente, cabe ainda acrescentar, a Audiência Nacional Espanhola acusou a existência de outro pequeno grupo “terrorista” atuando na Galiza, a “Resistência Galega”<sup>58</sup>, que estaria ativo desde 2005 e responsável por pelo menos 13 ações organizadas e com não mais que 200 membros e simpatizantes.

A ETA, porém, é o melhor dos exemplos de Luta Armada que, obviamente, dentro do MLNV (Movimento de Libertação Nacional Basco), também agregou ações de resistência cultural contra a opressão cultural - do Estado Espanhol<sup>59</sup>, em muitos casos armada e violenta.

### **Conclusão: a Percepção do Terrorismo**

A percepção do Terrorismo, porém, vai além da mera análise teórica e da junção de supostas provas do caráter de cada grupo ou indivíduo específico. Na verdade, o terrorismo é, por vezes, apenas o resultado da percepção ideológica de outro grupo ou de um Estado interessado.

A definição final de “terrorista” resulta não de fatores objetivos, não de uma análise profunda ou de uma teoria bem acabada, mas no grau de interesse que um Estado, por exemplo, tem de um determinado assunto, em um determinado local e se estes “terroristas” porventura dificultam a consecução dos objetivos deste ator estatal ou destes grupos poderosos.

Não há como, valendo-se das teorias ou definições mais aceitas, caracterizar qualquer grupo como terrorista, senão aceitando que há largo espaço para interpretação e para a inclusão de convicções políticas. As mesmas definições poderiam ser usadas contra os mesmos Estados que delas se apropriam para caracterizar grupos contrários aos seus interesses.

<sup>58</sup> Diário Liberdade, online, 2010.

<sup>59</sup> Além da ETA, no País Basco havia também o grupo Iraultza (“Revolução”) que se integrou à primeira e, no País Basco Francês o Iparretarrak (“Os que vem do norte”)

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

Quando falamos em interpretação, obviamente temos em mente que todos que fazem parte do círculo próximo ou compartilham de ideologia semelhante a um determinado grupo provavelmente discordariam da definição de “terrorista” dada, geralmente, por um Estado interessado, mas é fácil notar que o termo por vezes é empregado levemente ou mesmo dificilmente serviria para caracterizar lutas de libertação nacional.<sup>60</sup>

É possível ainda argumentar, também, que as teorias mais aceitas sobre o terrorismo não abarcam todas as diferenças culturais existentes, além de não diferenciar o tipo de luta travada por um determinado grupo. Qual o tratamento dado aos civis, ou mesmo quem seria civil em uma determinada situação? Numa ocupação militar, como definir quem são os civis?<sup>61</sup>

É fácil encontrar os que considerem legítimo o uso de táticas ditas terroristas por parte do Hamas ou do Hezbollah (que, por vezes, se valem das mesmas táticas israelenses, mas por não serem representantes de um Estado perdem a “razão” ou a “legitimidade”), mas ao menos no mundo ocidental é de difícil racionalização as ações da Al Qaeda.

Enquanto os grupos palestinos têm como objetivo o de retomar o que lhes foram roubados, possuem um raio de ação específico e delimitado, a Al Qaeda busca um objetivo de dominação/destruição global e a imposição de seus ataques e objetivos até áreas sem qualquer relação aparente entre qualquer fator legitimante.

No fim de toda discussão, fica sempre a ideia de que o “terrorismo” se define ultimamente pela legitimidade frente a atores internacionais e a opinião pública. Mas como lidar com opiniões e interesses mutáveis?

O “status” de terrorista possui início, meio e fim, e comumente um grupo abandona o caráter terrorista que lhe foi imposto por outros Estados quando este assume o poder e passa a ser um ator de mesma grandeza. O caso da FLN argelina é emblemática.

Outros grupos são considerados terroristas apenas por alguns países ou mesmo apenas pela opinião pública e mídia, e em alguns casos são patrocinados por Estados interessados, como é o

---

<sup>60</sup> Neste caso o terrorismo poderia ser interpretado como meio legítimo para a consecução do objetivo de libertar a colônia oprimida, mas não o todo a definir o grupo.

<sup>61</sup> Israel é exemplo acabado da situação, como se definem civis em uma ocupação militar onde cada indivíduo contribui para o recrudescimento do isolamento da população palestina? Ou ainda, se por um lado é legítimo o ataque a um quartel (alvo militar), familiares que porventura estejam no quartel no momento do ataque devem ser tratados como civis?

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

caso do Irgun ou da Gangue Stern<sup>62</sup>, grupos Sionistas terroristas atuantes na Palestina pré-1948 e logo no início da fundação do Estado de Israel que, logo depois, foram incorporados às forças armadas locais.

Durante os anos 60 e 70, época de fortes movimentos de descolonização na África, os grupos que guerreavam pela independência de seus países eram constantemente tachados de terroristas pelos Estados colonialistas e seus aliados, mas por outro lado eram apoiados oficial ou subterfugiosamente por Estados que já haviam abandonado o status de colônia.

É fato que o uso do termo terrorismo não só passa por fortes interesses políticos, como por vezes é aplicado mesmo a grupos que dificilmente se encaixariam até nas definições mais conservadoras. Não raro a opinião pública brasileira coloca o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no hall dos grupos terroristas, pois atentam contra os interesses das elites locais, ainda que sejam constantemente vítimas de massacre e raramente respondam com alguma violência.

“Portanto, concepções de terrorismo afetam a maneira pela qual os governos definem seus interesses, e os interesses também comandam a ratificação dos rótulos ou seu abandono, conforme a conveniência política”.<sup>63</sup>

O termo terrorismo não é apenas político como politizado, usado por grupos ou Estados interessados em definir outros desta forma com o objetivo de conseguir ganhos políticos claros e definidos. Como tal, é insuficiente e incorreto. Não passa de um apelo simbólico.

## **Bibliografia**

Livros e Artigos:

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo, Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa, Editora 70, 2005.

ARES, M<sup>a</sup> Isabel Pérez. **Principales acciones del Movimiento de liberación nacional vasco, la lucha contraterroterrorista y la reacción del pueblo**. IH 20, 2000.

BRUNI, Luigi, **ETA: História Política de uma Lucha Armada**. Navarra. Txalaparta, 2006

<sup>62</sup> Depois integrados à Hagana, o exército de Israel.

<sup>63</sup> Whittaker, 2005.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

ESPINOSA, José María Lorenzo. **Historia de Euskal Herria**. Tomo III, El nacimiento de una nación. Navarra, Txalaparta, 2006.

GRANJA SAINZ, José Luis de la. **El Nacionalismo Vasco: Un Siglo de Historia**. Madrid, Tecnos, 2002.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. **Nacionalismos: O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_ e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

KURLANSKY, Mark. **The Basque History of the World**. Penguin Books, 1999.

LESSA, Mônica Leite e SUPPO, Hugo R. "O Nacionalismo Basco e o ETA". **Cena Internacional**, ano 5, número 3, 2003.

LLERA, Francisco J. "ETA: Ejército Secreto y Movimiento Social". **Revista de Estudios Políticos**. Outubro-Dezembro, nº 78. de 1992.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Martin Claret, 2000

MATA, José Manuel, "The Basque National Liberation Movement *Basis Network Structure*", In: Kaldor, Mary and Muro, Diego: **Fundamentalist and Ultrnationalist Networks, en Global Civil Society (K. Helmut, M. Glasius and Mary Kaldor, eds.)**- Oxford, Oxford University Press, 2003.

SEIXAS, Xosé M. Núñez. **Movimientos Nacionalistas en Europa. Siglo XX**. Madrid, Síntesis, 2004.

SOARES, Denise de Souza. **De Marx a Deus: Os tortuosos caminhos do terrorismo internacional**. Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

STERLING, Claire. **A rede do Terror**. Rio de Janeiro, Nórdica, 1981.

"Segunda Declaración". In: **De Martí a Castro**. Edit. Grijalbo. México 1970. Pág.: 133.

TSE-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho**. São Paulo, Martin Claret, 2002.

Ano VIII	Volume VIII	Nº 16	Janeiro/Junho 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
----------	-------------	-------	--------------------	----------------	----------------

VILLALÓN, Adriana M. “Definições para o Problema Basco”. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Petrópolis, 2000.

WATSON, Cameron. **Modern Basque History: Eighteenth Century to the Present**. Reno, Center for Basque Studies, 2003.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo: Um retrato**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

### Sites

**Comunicado do Euskal Herriko Komunistak (EHK)**. In: Boltxe Kolektiboa <http://boltxe.info/?p=19974>, 2010. Acesso em 15/10/2010.

LIZARRALDE, Imanol. **Qué es el MLNV?** <http://www.goizargi.com/2003/queeselmlnv1.htm>. 2003. Acesso em 15/10/2010.

BULLAIN, Iñigo. MLVN. In: **El País**.

[http://www.elpais.com/articulo/pais/vasco/MLNV/elpepiesppvs/20071024elpvas\\_17/Tes.24/10/2007](http://www.elpais.com/articulo/pais/vasco/MLNV/elpepiesppvs/20071024elpvas_17/Tes.24/10/2007). Acesso em 15/10/2010.

RODRIGUES, Francisco Martins. “As guerras coloniais do séc. XXI”. In: **Diário Liberdade**. [http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7441:as-guerras-coloniais-do-seculo-xxi-&catid=93:direitos-nacionais-e-imperialismo&Itemid=106](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=7441:as-guerras-coloniais-do-seculo-xxi-&catid=93:direitos-nacionais-e-imperialismo&Itemid=106). 2010. Acesso em 18/10/2010.

Marighella, Carlos. “Manual do Guerrilheiro Urbano”. **Marighella Internet Archive** (marxists.org) 2002.

<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>. Acesso em 12/10/2010.

**Resolução 1514 da Assembléia Geral das Nações Unidas**. [http://en.wikisource.org/wiki/UN\\_General\\_Assembly\\_Resolution\\_1514](http://en.wikisource.org/wiki/UN_General_Assembly_Resolution_1514). 1960. Acesso em 05/10/2010.